

73% da população dos Açores vai ficar excluída do apoio de 1500 euros por filho apenas com base no concelho de residência

O Bloco de Esquerda considera que o Programa “Nascer Mais”, anunciado ontem pelo Governo, é extremamente injusto e vai criar situações de discriminação inaceitáveis ao impedir as famílias de 7 concelhos dos Açores – 73% da população da Região – de aceder a um apoio à natalidade de 1500 euros por criança. Esta medida é mais uma demonstração de que o PSD, o CDS e o PPM estão sempre disponíveis para fazer cedências ao Chega, mesmo que isso obrigue a criar grandes injustiças.

As famílias de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande, Lagoa, Horta, Madalena e Vila do Porto ficarão assim excluídas deste apoio, apenas com base no sítio onde residem.

A criação deste apoio é a resposta do Governo a uma exigência do Chega que pretendia criar um apoio social que excluía os mais pobres. Desconhece-se se a medida exclui os beneficiários do RSI, como pretendia o Chega, mas sabemos já que exclui a grande maioria dos açorianos – 73% – de acederem a este apoio, apenas com base no concelho em que residem.

Os açorianos dos sete concelhos discriminados negativamente por este governo têm motivos para se sentirem postos de parte e ofendidos no seu direito à igualdade de tratamento pelo Governo Regional.

Por exemplo, uma família que tenha um filho e tenha um rendimento de 3 mil euros mensais e viva em Vila Franca terá direito ao apoio até 1500 euros. Mas uma família monoparental que viva em Vila do Porto ou na Ribeira Grande e que tenha como rendimento apenas um salário mínimo não tem direito ao mesmo apoio.

O Bloco de Esquerda defende que este apoio, a existir, tem que ser alargado a todas famílias dos Açores, porque o Governo Regional é o governo de todos os açorianos e de todas as açorianas e não apenas de 12 concelhos.

Os detalhes relativos à implementação da medida só serão conhecidos quando for publicada a sua regulamentação, mas, para já, o Governo revelou que os 1500 euros terão de ser gastos exclusivamente em farmácias.

Ao impor esta obrigatoriedade, o Governo parece estar mais preocupado em angariar clientes para as farmácias do que a ajudar as pessoas, porque, como se sabe, grande parte das despesas das famílias com filhos recém-nascidos é feita nos supermercados e outros estabelecimentos comerciais.

Ponta Delgada, 13 de outubro de 2022
